



# **Biblioteca da Assembleia da República**

## **DOSSIER DE IMPRENSA**



CTT

## PJ faz buscas na sede do BPN e na casa de autarca de Coimbra

A sede do Banco Português de Negócios (BPN), em Lisboa, e a corretora Fincor, situada no mesmo edifício que o banco, foram ontem alvo de buscas por inspetores da Polícia Judiciária. As investigações incidiram nos departamentos da administração e de informática do banco. Fonte do BPN garantiu à Lusa que a PJ procura indícios de negócios de uma participada da Sociedade Lusa de Negócios que detinha o BPN até à sua nacionalização. A venda do edifício dos CTT de Coimbra estará no cerne das buscas iniciadas pela PJ. No mesmo dia, a polícia realizou buscas em casa de um vereador da Câmara Municipal de Coimbra. Ao que a Renascença apurou, o autarca em questão é Marcelo Gonçalves Pereira, vereador eleito nas listas do movimento que reúne PSD, CDS e PPM.

**BPN ■ BUSCAS ONTEM EM LISBOA POR NEGÓCIO DOS CTT EM COIMBRA**



FOTOS PEDRO CATARINO

■ **Diligências.** Os inspectores (à esq.) saem do BPN. Abdool Vakil e Francisco Bandeira actual presidente do BPN.

# Contentor levou papéis de clientes

■ Banco de Oliveira e Costa foi avisado da realização das buscas na 'Operação Furacão'

● DIANA RAMOS / TÂNIA LARANJO

Oliveira e Costa 'fintou' a Judiciária e o Ministério Público durante a primeira fase da 'Operação Furacão' (em 2005), e deu ordens para enviar todos os documentos relativos a clientes com contas abertas em offshores num contentor para Cabo Verde. O CM apurou ainda que o BPN terá sido avisado das buscas antecipadamente via telefone.

"Confirma que, quando ocorreram buscas no BPN, a 20 de Outubro de 2005, grande parte do arquivo, relacionado com operações offshores, já tinha sido removido do banco?" A questão foi lançada ontem por Nuno Melo, deputado do CDS-PP, na Comissão de Inquérito Parlamentar. Ricardo Pinheiro, ex-director de operações do BPN e actual quadro do Banco Sol, em Angola, admitiu no Parlamento que, "de facto, quando a 'Operação Furacão' entrou no BPN, os arquivos contendo toda a informação de clientes com contas em offshores já

tinham sido retirados e estavam preparados para ser enviados para Cabo Verde'.

**Vereador de Coimbra foi alvo de buscas em sua casa**

Entretanto, também ontem, a PJ e o MP voltaram à sede do BPN, em Lisboa, mas, desta vez, para procurarem vestígios das luvas que terão sido pagas ao vereador da Câmara de Coimbra, Marcelo Nuno, no âmbito da negociação

que envolveu a venda do prédio dos CTT. Em poucas horas o negócio gerou lucros na ordem dos dois milhões de euros e as buscas da PJ realizaram-se também ontem na casa do autarca e numa empresa. ■

## INVESTIGAÇÃO

# Venda do prédio dos CTT de Coimbra gera busca no BPN

A PJ esteve ontem na sede do BPN em Lisboa. O negócio remonta a 2003, à gestão de Carlos Horta e Costa

MARIA JOÃO BABO

mbabo@negocios.pt

A investigação à venda do edifício dos CTT de Coimbra levou a Polícia Judiciária (PJ) a realizar ontem buscas na sede do Banco Português de Negócios (BPN), em Lisboa. Além dos departamentos da administração e de informática do banco, foi ainda alvo das investigações das autoridades a correctora Fincor, situada no mesmo prédio ocupado pela instituição bancária, que foi nacionalizada em Novembro do ano passado.

As buscas foram levadas a cabo por procuradores do Departamento de Investigação e de Acção Penal (DIAP) de Lisboa e investigadores da Unidade Nacional de Combate à Corrupção da PJ. Segundo disseram fontes policiais à imprensa, estas diligências prendem-se com uma investigação à venda do edifício dos CTT de Coimbra e não "com o caso específico do BPN".

A investigação à venda deste edifício decorre desde 2003, depois de a empresa Demagre ter comprado o prédio por 14,8 milhões de euros e de o ter revendido no mesmo dia por 20 milhões à Espírito Santo Activos Financeiros.

De acordo com o site do "Público", também a residência e o gabinete do economista Marcelo Nuno, na Câmara Municipal de Coimbra, foram alvo das buscas realizadas na manhã de ontem, por iniciativa dos titulares do inquérito relacionado com actos suspeitos da gestão de Carlos Horta e Costa nos CTT.

O jornal acrescenta que as buscas às instalações do BPN visavam encontrar documentos que confirmassem as suspeitas de pagamentos ilegais para a concretização do negócio, que deu cinco milhões de euros de lucro em menos de um dia, uma vez que algumas dessas comissões poderão ter sido canalizadas através daquele banco.

O inquérito ao caso da venda do prédio dos CTT está, segundo o Público, prestes a ser concluído, tendo já sido constituídos cerca de três dezenas de arguidos, entre os quais vários administradores, vereadores da Câmara Municipal de Coimbra e outras pessoas envolvidas nas operações de compra e venda.

O esclarecimento judicial dos actos praticados pela gestão liderada por Carlos Horta e Costa, surgiu na sequência de uma auditoria ordenada por Mário Lino, ministro das Obras Públicas, Transportes e Telecomunicações. Além do caso



Buscas| A corretora Fincor, que funciona no prédio do BPN, foi "visitada".

da venda do prédio dos CTT de Coimbra está também a ser esclarecida a venda de um edifício dos Correios, situado da Avenida da República, em Lisboa.

O BPN foi nacionalizado no ano passado, tendo passado a ser gerido pela Caixa Geral de Depósitos. O fundador e ex-presidente da instituição, José de Oliveira Costa, está actualmente detido em prisão preventiva por suspeita de burla agravada, falsificação de documentos, fraude fiscal e branqueamento de capitais.

Uma auditoria pedida por Mário Lino levou à investigação de actos de gestão de Carlos Horta e Costa, ex-CEO dos CTT.





## Documentos foram para Cabo Verde antes da 'Operação Furacão'

**BPN.** Ex-director de operações do banco garante que informações relacionadas com contas saíram do País

■ EVA CABRAL

Os documentos do BPN "relacionados com contas de clientes, designadamente os com aplicações em *offshores*, e de abertura de créditos, foram retirados para Cabo Verde antes da sede do banco ter sido alvo de buscas no âmbito da operação furacão, em 2005" garantiu ontem, no Parlamento, Ricardo Pinheiro.

Ouvido na comissão de inquérito parlamentar ao caso BPN, presidida por Maria de Belém Roseira (PS), o ex-director de operações do BPN – que neste momento se encontra em licença sem vencimento por estar há dois anos a trabalhar no banco *Sol* em Angola – confirmou que em 2005, na mesma altura em que se processavam as buscas à sede no âmbito da operação de combate à fuga fiscal, a informação dos clientes já se encontrava num contentor e à guarda de um transitário para ser transportado para Cabo Verde.

O quadro do BPN referiu, ainda, que a documentação em Lisboa foi reunida durante um dia pelas pessoas do departamento de operações que chefiava, mas que a nível dos vários balcões do BPN espalhados pelo país a operação demorou mais alguns dias. Sobre a forma como tomaram conhecimento das buscas referiu "não ter ideia" de qual teria sido a fonte de informação.

Ricardo Pinheiro confirmou ainda ter sido um dos autores do documento "Estado da Nação", de 2007, e onde se elencaram vários dos problemas do BNP e do grupo SLN, designadamente relacionados com as perdas origi-



**Maria de Belém presidiu à audição**

nadas no âmbito do Banco Insular e pelos fundos imobiliários.

O documento foi elaborado quando em 2007 "se verificou da parte dos accionistas alguma contestação sobre a gestão de Oliveira Costa à frente do grupo BPN/SLN", frisou Ricardo Pinheiro. E assumiu ter reunido "informalmente no bar de um hotel" com dois accionistas de referência, concretamente com Almiro Silva e Joaquim Coimbra, tendo nessa altura sentido que a cadeia de comando estava a ser posta em causa.

Ou seja, alguns accionistas começaram a "questionar algumas das operações de Oliveira Costa", pelo que o director de operações integrou um grupo de pessoas que "decidiram levar aos accionistas um grupo de preocupações que verteram para o documento conhecido como o Estado da Nação". ■



## PJ faz novas buscas à sede do BPN e à residência de autarca de Coimbra

António Arnaldo Mesquita

● O inquérito à gestão de Carlos Horta e Costa nos CTT deve ter despacho final no próximo mês, mas ontem ainda houve quatro buscas: duas em Lisboa, na sede do BPN e na corretora Fincor; e outras tantas em Coimbra, no domicílio e no gabinete de Marcelo Nuno, vereador da câmara municipal e ex-presidente da Comissão Política concelhia do PSD. Marcelo Nuno é um dos cerca de 30 arguidos do inquérito, juntamente com outro conhecido político local, Luís Vilar, vereador há mais de uma década e que foi líder concelhio do Partido Socialista.

“Estarei sempre disponível para prestar todo e qualquer esclarecimento e para colaborar na investigação, em quaisquer circunstâncias. Quanto ao processo, não posso falar, encontra-se em segredo de justiça”, disse ao PÚBLICO o vereador social-democrata Marcelo Nuno.

Marcelo e Vilar eram consultores da TramCroNe, empresa que negociou a transacção com a administração dos CTT do edifício dos Correios de Coimbra e a quem adquiriu outro prédio em Lisboa, igualmente a ser investigado pelos procuradores responsáveis pela luta contra a corrupção do DIAP. No dia da escritura, quem assinou o documento foi a Demagre, empresa detida por duas sociedades localizadas num paraíso fiscal. A Demagre acabaria por assinar uma segunda escritura, pouco tempo depois, consumando a venda do prédio dos CTT de Coimbra à ESAF do grupo Espírito Santo, arrecadando uma mais-valia de quase cinco milhões de euros.

As diligências de ontem visavam apreender documentação que susten-



RUI GAUDÊNCIO

**Novas buscas no BPN não têm a ver com irregularidades internas**

tasse a hipótese de ter havido pagamento de luvas, no âmbito da venda do edifício dos CTT de Coimbra, tendo fonte judicial garantido ao PÚBLICO que as duas buscas efectuadas na sede central do BPN, em Lisboa, nada tinham a ver com factos relacionados com a situação que motivou a nacionalização da instituição de crédito, durante mais de uma década liderada por Oliveira Costa, actualmente detido.

As investigações estendem-se também à aquisição pelo grupo TramCroNe de um outro prédio dos CTT, situado no centro de Lisboa, em que aquela firma terá emitido um cheque sem provisão. Esta situação é desvalorizada pelo gestor da Demagre, Júlio Macedo, que, em declarações recentes ao PÚBLICO, alegou que o cheque “não era para ser depositado”, mas apenas tinha sido emitido como garantia de cumprimento de uma eventual compra.

Também na Câmara de Coimbra a investigação à gestão de Horta e Costa gerou danos colaterais, quando o presidente da autarquia, Carlos Encarnação, e nove vereadores foram constituídos arguidos por suspeita de prevaricação. Em causa, o arrendamento do prédio para instalar a Associação de Informática para a Região Centro. Num comunicado divulgado há dias, Encarnação considera “manifesto abuso” as suspeitas lançadas, realçando que do primeiro contrato assinado com os CTT para o segundo em que o senhorio era a ESAF não houve agravamento da renda.

“O contrato com os CTT era de seis meses (renováveis) e a renda de 23.700 euros por mês, a que acresciam quatro mil euros de energia (o preço efectivo por metro quadrado ocupado era de 12,360 euros). “Ninguém pode considerar este preço exagerado porque é, manifestamente, um bom preço” defende Encarnação. **Com G.B.R.**